



Brasil submete suas INDCs à Convenção do Clima

A vigésima Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 20) foi uma etapa essencial no processo negociador para o novo acordo multilateral que deverá ser firmado esse ano na COP 21, em Paris, para entrar em vigor em 2020 substituindo o Protocolo de Kyoto. O novo acordo terá o principal objetivo de envolver todos os países no grande desafio de tentar manter a temperatura média global em 2°C acima dos níveis pré-industriais com o corte de emissões globais entre 40% e 70% até 2050, baseado nos níveis de 2010.

Os países membros da Convenção tiveram o prazo para informar ao secretariado da ONU suas metas de redução de emissões, as chamadas Contribuições Intencionais Nacionais Determinadas (INDCs, na sigla em inglês), até 1º de outubro de 2015, uma vez que a ONU disponibilizará um relatório síntese sobre o efeito global das propostas de redução em 1º de novembro de 2015.

A INDC brasileira submetida no dia 28/09/2015 apresenta uma proposta de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, adaptação às mudanças do clima, meios de implementação, além de destacar as iniciativas de cooperação Sul-Sul. Em complementação ao documento oficial da INDC apresenta também informações que justificam a proposta brasileira.

Em relação à mitigação, o Brasil se propõe a contribuir com a redução de emissões de GEE em 37% em 2025 e 43% em 2030 considerando 2005 como ano de referência. As emissões brasileiras em 2005 foram 2.032 MtCO_{2e}, e as metas propostas representam uma redução absoluta das emissões, devendo o Brasil em 2025 emitir 1.280 MtCO_{2e} e em 2030 chegar a 1.156 MtCO_{2e}. O documento enfatiza a disposição do Brasil em participar de mecanismos de mercado estabelecidos no âmbito da Convenção, deixando claro que não reconhece transferência de unidades de emissões mitigadas no território brasileiro sem consentimento do Governo Federal.

O documento traz as considerações do país quanto a adaptação, aos meios de implementação da INDC, o papel complementar da cooperação Sul-Sul, o aumento do percentual de biocombustíveis sustentáveis na

Brasil submete suas INDCs à Convenção do Clima (continuação)

matriz energética brasileira, a mudança no uso da terra e florestas, o percentual de energias renováveis na matriz brasileira, o fortalecimento do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento da agricultura sustentável, a promoção de novos padrões de tecnologia limpa e melhoria das medidas de eficiência energética e infraestrutura de baixo carbono e a promoção de medidas de eficiência e melhoria da infraestrutura de transporte e de transportes públicos nas áreas urbanas.

A redução de emissões pela indústria está entre as medidas adicionais, que não estão contempladas na meta de redução de emissões proposta pelo Brasil, mas que podem ser implementadas utilizando recursos internacionais. As medidas estão relacionadas à promoção de novos padrões tecnológicos de baixa emissão de carbono e medidas de eficiência energética.

O documento destaca que os esforços de mitigação do Brasil são, pelo menos, equivalente às INDCs dos países desenvolvidos, os quais são mais responsáveis pela mudança do clima. Em face do exposto, e com base nas ferramentas disponíveis, é evidente que a INDC do Brasil é muito mais ambiciosa do que o que corresponderia à responsabilidade brasileira em relação ao aumento da temperatura média global.

Comparação das INDCs apresentadas à ONU

	2005	Meta 2030	%
EUA	6.223	4.480 – 4.605	-26% a - 28%
União Europeia	4.874	3.220	-34%
China	11.000	14.000	+27%
Rússia	1.631	2.472 – 2.649	+51%
Canadá	730	510	-30%
México	711	832	+17%
Brasil	2.032	1.156	-43%

Fonte: [INDCs - UNFCCC](#)

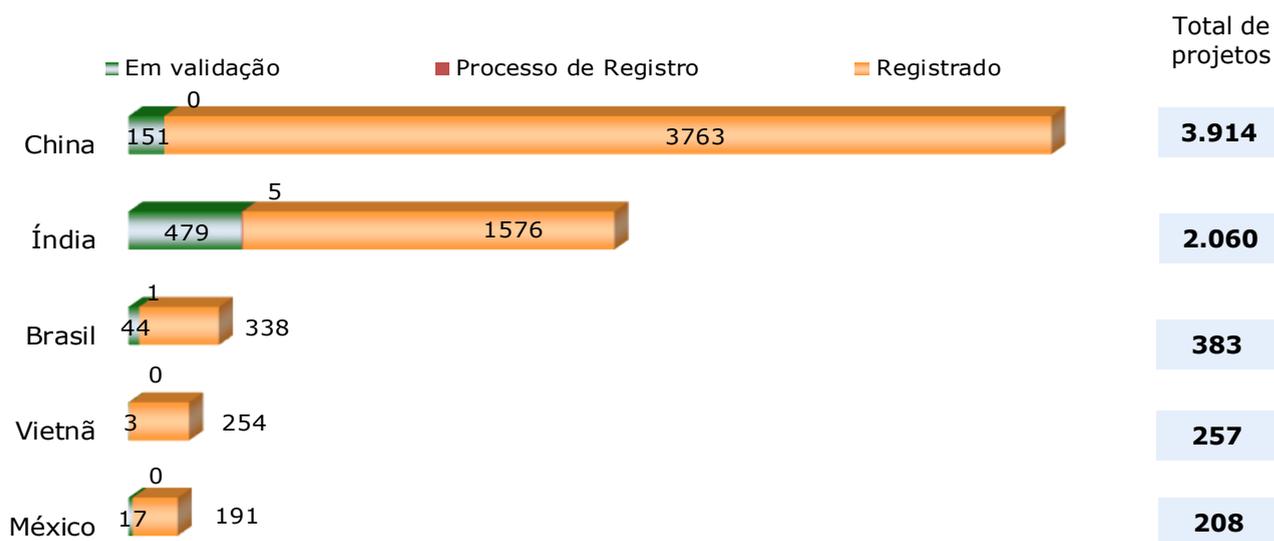
I

Panorama do Mercado de Carbono

Fonte: UNEP Risoe Centre, 1º de agosto de 2015

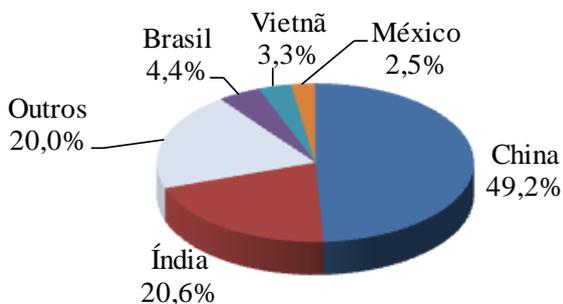
Projetos no âmbito do MDL no Brasil e no Mundo

Existem hoje 7.654 projetos em MDL registrados no Conselho Executivo da ONU, que geram anualmente 992 milhões de créditos de carbono. A China permanece na liderança de projetos registrados, com 3.763, seguida da Índia (1.576) e do Brasil (338).

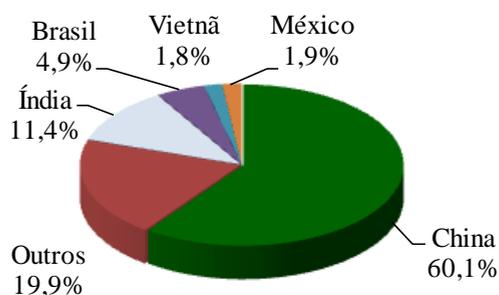


China, Índia, Brasil, Vietnã e México somam mais de 80% dos projetos de MDL registrados, gerando cerca de 795 milhões de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) ao ano. A China se destaca ao responder por cerca de 60% das RCEs.

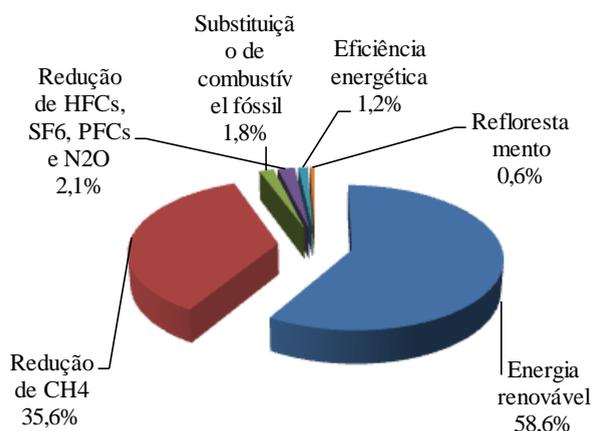
Projetos Registrados



RCE (Reduções Certificadas de Emissões)



Projetos brasileiros registrados no Conselho Executivo do MDL por categoria



Os projetos de MDL são desenvolvidos de acordo com as metodologias aprovadas pelo Conselho Executivo.

A maior parte das atividades dos projetos registrados do Brasil está no setor energético (198). O país apresenta também 120 projetos de redução de gás metano, subdivididos em emissões de metano evitadas (65), captura de CO₂ (1), aterro sanitário (51) e emissões fugitivas (3). Os 5,6% restantes correspondem aos demais 19 projetos (redução de HFCs, SF₆, PFC, N₂O, substituição de combustível fóssil, eficiência energética e reflorestamento).

Estão situados na Região Sudeste 38,8% dos projetos de MDL brasileiros, sendo São Paulo o estado com a participação mais expressiva.

SEA anuncia restauração florestal de 22 mil hectares

Com um aporte de R\$ 210 milhões em um período de sete anos, a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) informou que realizará a restauração florestal de 22 mil hectares com o objetivo de proteger mananciais, como margens de rios, nascentes e áreas úmidas, e aumentar a segurança hídrica no estado. Assim, R\$ 30 milhões serão destinados anualmente para esquemas de pagamento por serviços ambientais (PSA) e plantios diretos. A restauração, que contribuirá concomitantemente para aumentar a captação de carbono, recuperação da biodiversidade e aumento da quantidade e da qualidade da água dos mananciais, faz parte do programa Pacto das Águas.

Para saber mais, acesse <http://www.rj.gov.br/web/sea>.

Fonte: Secretaria de Estado do Ambiente, 2015.

MAPA constitui Comissão para revisão e monitoramento dos Planos de apoio ao Programa ABC

Com o objetivo de realizar o monitoramento e revisão dos planos de apoio ao Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), foi constituída pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) uma comissão nacional técnica-consultiva, a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Cenabc). Além de avaliar e revisar os planos estaduais e federais, também está no rol de atribuições da Cenabc a articulação de instituições públicas e privadas que promovam atividades que contribuam para as reduções de carbono. A Comissão foi estabelecida em 21 de outubro de 2015, através da Portaria 230.

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) visa sistematizar as atividades a serem implantadas com foco em tecnologias que corroborem com a redução das emissões de GEEs no setor agropecuário. Para mais informações, acesse <http://www.agricultura.gov.br/>.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015.



Agende-se:

Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP 21)

Paris
<http://www.cop21paris.org/>

Globe Climate & Forest Legislation Summit

Paris - França
05 de dezembro de 2015
<http://globelegislators.org/forest-legislation-session>

Restauração Ecológica de Ecossistemas Florestais na Mata Atlântica

Nazaré Paulista – São Paulo
30 de novembro – 02 de dezembro
<http://escas.org.br/cursos/todos-os-cursos>

ISO 50001 - Sistema de Gestão de Eficiência Energética

Rio de Janeiro
10 a 11 de dezembro de 2015
<http://www.bvtreinamento.com.br/>

Escritório do Carbono
GMA /DQV
(21) 2563-4140 / carbono@firjan.org.br